



**INFORMAÇÃO Nº: 064/02**

**PROCESSO Nº 2198/98**

**APENSOS: 061.003.440/98-Ap.1 (2 volumes), 061.002.500/98-Ap.2, 061.001.193/98-Ap.3 (3 volumes), 061.000.340/98-Ap.4, 061.001.566/98-Ap.5, 3045/99-Ap.6 (apensos 770/00 e 3107/99).**

**ANEXOS: 15 VOLUMES DO INVENTÁRIO FÍSICO DE BENS MÓVEIS EM USO 01 VOLUME DO INVENTÁRIO FÍSICO DE BENS IMÓVEIS**

**ORIGEM: FUNDAÇÃO HOSPITALAR/DF**

**ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL- PCA - 1997**

**EMENTA: Prestação de Contas Anual da Fundação Hospitalar/DF, relativa ao exercício de 1997. Análise inicial. Sugestão de diligência e de concessão de audiência aos dirigentes da FHDF.**

Senhor Diretor:

Apresentamos a V. S<sup>a</sup>. o resultado da análise procedida na documentação relativa à Prestação de Contas Anual - PCA, exercício de 1997, remetida a este Tribunal pela Fundação Hospitalar do Distrito Federal - FHDF, constituída dos elementos exigidos nos arts. 146 e 148 do RI/TCDF.

1.1. Após diversas prorrogações de prazo, a Fundação Hospitalar do Distrito Federal encaminhou, em 21/01/00, a Prestação de Contas de que tratam os apensos em referência, em atendimento ao disposto no art. 150 do Regimento Interno/TCDF (fls. 60).

1.2. Considerando o último prazo fixado pelo Tribunal na Decisão nº 10216/99 (recebida na FHDF em 29/12/99 - f. 45/46) para o envio da dita PCA, os autos foram remetidos tempestivamente.



## 2 - DOS RESPONSÁVEIS

2.1. Abaixo destacamos nomes e cargos dos responsáveis pela administração da FHDF durante o exercício de 1997 - f. 324-**Ap.1**:

NOME	CARGO	PERÍODO
Maria José Conceição	Presidente	01.01 a 31.12.97
Antonio Luiz Ramalho Campos	Diretor Executivo	01.01 a 31.12.97
Ronaldo Luiz Damasceno Ferreira	Diretor Departamento Recursos Econômico-Financeiros	01.01 a 31.12.97

2.2. No Certificado de Auditoria nº 031/99-DAIN/SUAUD (fls. 533/534-**Ap.1**) consta, com relação a situação dos dirigentes perante os cofres da FHDF, que:

*"Os registros e as demonstrações contábeis não foram totalmente processadas de acordo com a legislação vigente e com os Princípios Fundamentais de Contabilidade.*

*(...)*

*Em pesquisa realizada em nossos arquivos e no SIAFEM, não constatamos débito em nome dos dirigentes da Fundação Hospitalar do DF, perante a Fazenda Pública do Distrito Federal, no exercício de 1997."*

2.3. Em consulta ao SIAFEM/97, confirmamos não existir registro de débito em nome dos Ordenadores de Despesa acima nominados, no período relativo a estas contas.

## 3 – DAS FALHAS APONTADAS PELO CONTROLE INTERNO

3.1. Antes de enviados ao Tribunal, os autos circularam por vários setores da Fundação, com o objetivo de que as ressalvas/observações contidas no Relatório de Prestação de Contas nº 008/99-DAIN/SUAUD - elaborado pelo Sistema de Controle Interno da Secretaria de Fazenda-SEF/DF fossem justificadas pelas chefias respectivas - f. 537/615-**Ap.1- volume II**).

3.2. No Papel de Trabalho PT-15 (f. 163/165) apresentamos essas ressalvas e observações, as quais motivaram a emissão do Certificado de Auditoria nº 031/99-DAIN-SUAUD (f. 533/534-**Ap.1**) e que podem refletir negativamente no julgamento desta PCA.



3.3. As ressalvas e observações indicadas nos itens 1.1.1.1, 1.1.1.2, 1.1.3.1, 1.1.3.2, 1.1.3.3, 1.1.3.4, 1.1.3.5, 1.1.3.6, 1.1.3.7, 5.0, 5.1, 5.4, 5.6, 5.7, 5.11, 5.12 e 5.13 do Relatório de Prestação de Contas nº 008/99-DAIN/SUAUD, a nosso ver, não interferem nestas contas, em razão de as datas de ocorrência dos fatos serem de exercícios distintos, em sua maioria do exercício de 1999, em cujos autos juntamos cópia deste relatório. Não obstante se tratarem de exercícios distintos, os itens 1.1.3.2, 1.1.3.3, 1.1.3.4, 1.1.3.5 e 1.1.3.6, mesmo não esclarecidos nos autos, não serão objetos de maiores comentários, uma vez que, na análise das contas do exercício de 1999 essas falhas serão examinadas.

3.4. Não serão objeto de audiência os fatos relatados nos itens 1.1.2, 1.1.2.1, 1.1.2.2, 4.2, 4.6.1, 5.2, 5.2.1, 5.2.2, 5.4 e 5.11 do relatório supracitado, uma vez que as ressalvas e observações neles contidos, a nosso ver, fazem parte das rotinas administrativas da administração e não têm relevância capaz de macular as contas e terem sido justificadas pela Jurisdicionada.

3.5. As demais falhas que não foram justificadas a contento serão objeto de solicitação de justificativa na audiência a ser concedida aos dirigentes da FHDF.

#### **4 - ATIVIDADES DO CONTROLE EXTERNO**

##### **4.1 - CONTAS ANTECEDENTES**

4.1.1. A PCA da FHDF ainda pendente de decisão definitiva encontra-se indicada no Papel de Trabalho - PT 12 - f. 159.

#### **5 - ANÁLISE DAS CONTAS DO EXERCÍCIO**

##### **5.1 - PROCEDIMENTOS REALIZADOS**

5.1.1 Os atos e fatos de natureza orçamentária, financeira e patrimonial praticados na Entidade, durante o exercício de 1997, foram convenientemente verificados pelo Tribunal, mediante:

- a - verificação dos documentos que sistematicamente são encaminhados a esta Casa ou publicados no órgão oficial de divulgação do Distrito Federal;
- b - inspeções especiais e programadas.



5.1.2. Os resultados gerais do exercício de 1997 estão demonstrados às f. 13/16-**Ap.1** na forma estabelecida no art. 101 e seguintes da Lei nº 4.320/64.

## 5.2 - ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS

5.2.1. A Lei nº 1.363, de 30/12/96, que aprovou a Lei Orçamentária Anual (f. 348/357-**Ap.1**), estimou a Receita e fixou a Despesa do Distrito Federal para o exercício de 1997. Esta lei dispõe no Capítulo III que:

*“ Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares:*

*I - com a finalidade de atender insuficiência nas dotações orçamentárias, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor total das dotações consignadas para cada unidade orçamentária, mediante a utilização dos seguintes recursos:*

*a) da anulação parcial de dotações orçamentárias autorizadas por lei, desde que não ultrapasse o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor de cada unidade orçamentária, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;*

*(...)”*

5.2.2. Conforme pode ser observado às f. 133/134 do Relatório Analítico e Parecer Prévio sobre as Contas do Governador, relativo ao exercício de 1997, a FHDF não figura entre aquelas que extrapolaram os limites fixados na LOA (f. 140/141).

5.2.3. Pela mesma lei, foi fixada a dotação orçamentária para a FHDF em R\$ 868.563.973,00 - f. 357-**Ap.1**. O valor inicial sofreu acréscimo de R\$ 24.043.675,00, em razão de Créditos Suplementar (R\$ 13.343.675,00) e Especial (R\$ 10.700.000,00) passando a dotação final para R\$ 892.607.648,00 - f. 18/32 e 13-**Ap.1**.

5.2.4. Do total da despesa autorizada (R\$ 892.607.648,00), foram empenhados R\$ 778.254.259,54, ficando a liquidar R\$ 77.426.114,37, restando um saldo orçamentário de R\$ 60.009.900,46.

5.2.5. A despesa com pessoal e encargos da FHDF absorveu R\$ 552.909.765,60 (f.112-**Ap.1**), que corresponde a 78,28% do total das receitas arrecadadas, restando apenas R\$ 153.400.726,79 para as demais despesas do exercício de 1997 - f. 12-**Ap.1**.



### 5.3 - ASPECTO FINANCEIRO

5.3.1. Os dados contidos no Balanço Financeiro às f. 15-**Ap.1** encontram-se compatíveis com as demais demonstrações financeiras, evidenciando uma disponibilidade para o exercício seguinte de R\$ 28.904.776,12. Esse valor corresponde ao resultado do saldo (nesse caso negativo) entre Receitas e Despesas (R\$ 2.439.063,78 - resultado financeiro apurado) somado ao saldo do exercício anterior (R\$ 31.343.839,90).

### 5.4 - ASPECTO PATRIMONIAL

5.4.1. A conciliação dos saldos bancários elaborada pela Entidade encontra-se às f. 249/297-**Ap.1**. Os saldos das contas correntes bancárias mantêm correspondência com as cópias dos extratos bancários.

5.4.2. Cabem, ainda, comentários a respeito dos inventários de bens patrimoniais pertencentes à FHDF. Esses inventários são compostos de 16(dezesseis) volumes, sendo 15(quinze) referentes aos Bens Móveis e 01(um) que trata dos Bens Imóveis.

5.4.3. O Chefe da Seção de Cont. Orç. Patrimonial informou que havia diferença de R\$ 0,78, na conta Bens Móveis a qual foi regularizada em janeiro/98, conforme pode ser comprovado pela Nota de Lançamento 98NL03149 - f. 301/302-**Ap.1**.

5.4.4. Observa-se no Balancete do 4º trim/97 o registro de Bens Imóveis no valor de R\$ 72.465.456,04, correspondentes a R\$ 71.034.175,99 - terrenos e edificações - e o valor de R\$ 1.431.280,05 corresponde a obras em andamento f. 144-**Ap.1**. Esses valores conferem com o valor obtido no inventário físico do bens imóveis em uso na FH levantado em 31/12/97 - f. 02/03-**Ap.2**.

5.4.5. Quanto à exigência contida no art. 148, § 1º, "c", do RI/TCDF, informamos que os respectivos volumes de Inventários de Bens Patrimoniais Móveis e Imóveis trazem declarações firmadas pelas Comissões de Inventário, atestando que o levantamento implicou averiguação *in loco* da existência real dos bens móveis e da propriedade dos bens imóveis.

### 5.5 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

5.5.1. A Demonstração das Variações Patrimoniais (fls. 16-**Ap.1**) evidenciou um deficit de R\$ 5.084.738,19.



## 6 - PROCESSOS COM INFLUÊNCIA NAS CONTAS

6.1. Em consulta realizada nos arquivos da Divisão de Contas da 2ª ICE e no sistema informatizado do Tribunal, localizamos alguns processos cujos julgamentos podem representar restrições nas contas de 1997 da FHDF, a seguir discriminados:

### 6.2. PROCESSO Nº 2288/97

6.2.1. Cuidam os autos do Balancete da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, referente ao 1º trimestre de 1997. Em virtude da necessidade de se obter informações necessárias à instrução do processo em tela, especialmente no tocante às aplicações financeiras, foi autorizada, pela Presidência desta Casa, a realização de inspeção na jurisdicionada.

6.2.2. Após a realização dos trabalhos, o Tribunal, conforme Decisão nº 2172/98, deliberou - f. 139:

*"... de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta, em parte, a instrução, ao tomar conhecimento do Balancete da FHDF, referente ao 1º trimestre, decidiu: I) determinar à Fundação Hospitalar que, no prazo de 45 dias, promova a atualização, se ainda não o fez, dos valores das cauções e fianças bancárias dadas em garantia nos contratos em execução naquela entidade, em consonância com o disposto no Enunciado nº 42 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal e no art. 56, § 2º, da Lei nº 8.666/93, remetendo a esta Corte os documentos comprobatórios da efetivação da medida; II) determinar, ainda, à FHDF que: a) utilize os desdobramentos da Conta Contábil 1.1.1.1.3.00.00 - Aplicações Financeiras para registro e controle dos valores aplicados em títulos do mercado aberto, eliminando a atual prática de efetuar tais lançamentos na Conta 1.1.1.1.2.99.01 - Outros Bancos Conta Movimento; b) preencha, por ocasião da baixa de bens, o campo "MOTIVO DA BAIXA" do documento BOLETIM DE BAIXA DE BEM PATRIMONIAL", indicando com clareza e precisão as razões que levaram a entidade a adotar tal procedimento; III) tendo em vista o disposto no art. 42, § 1º, da LC nº 01/94, assinar o prazo de 30 dias para que a FHDF forneça as informações e documentos requeridos na Nota de Inspeção nº 03, de 22.09.97, enviando a referida nota àquela jurisdicionada e comunicando o fato à Secretária de Saúde, para as providências*



*cabíveis; IV) nos termos do art. 120, II, do RI/TCDF, autorizar a constituição de autos apartados objetivando a realização de auditoria especial na FHDF com vistas ao esclarecimento das situações indicadas nas alíneas "d.1" a "d.4" de fls. 341; V) autorizar, ainda, a inclusão, em roteiro de auditoria programada a ser efetuada na FHDF, da elucidação das situações assinaladas nos subitens "e.1" a "e.3" de fls. 342, bem como da verificação da regularidade da aplicação do valor consignado na conta 3.3.4.90.32.00 - Prêmios e Condecorações e das fianças fidejussórias dadas em garantia nos contratos daquela entidade; VI) devolver os autos à Inspeção própria para que, além das providências pertinentes, seja autuado em processo o volume correspondente ao Balancete do 3º trimestre e realizado o exame de sua competência com relação aos Balancetes da FHDF, referentes ao 2º e ao 3º trimestres de 1997".*

6.2.3. O Processo nº 2288/97 encontra-se na 2ª Inspeção de Controle Externo, em fase de audiência para que o servidor da FHDF, José Rodrigues Pereira Passos, Chefe da Seção de Contabilidade, apresente justificativas por incorreção apresentado em conciliação bancária - audiência concedida conforme Decisão nº 150/02 - f. 66.

6.2.4. A auditoria determinada pelo Tribunal na Decisão nº 2172/98 foi realizada e os resultados estão sendo acompanhados no Processo nº 3349/98, mencionado no parágrafo 6.4.

### **6.3. PROCESSO Nº 3757/97**

6.3.1. Os autos em questão tratam da análise da regularidade do Convênio 02/97 de cooperação para operacionalização do Programa de Saúde em Casa, firmado entre a Fundação Hospitalar do Distrito Federal e o Instituto Candango de Solidariedade-ICS. Posteriormente, o convênio foi substituído por contrato de gestão.

6.3.2. Houve questionamento a respeito dos motivos de não serem as atividades do Programa totalmente executadas por pessoal do quadro da Fundação; das diferenças de remuneração em relação aos recrutados pelo ICS; da taxa de administração paga ao Instituto, bem como de sua qualificação como organização social para efeito de celebração de contrato de gestão.

6.3.3. Com a extinção do Programa Saúde em Casa, o exame de sua regularidade ficou dependendo da análise das respectivas prestações de contas -





Processo TCDF nº 331/99 (f. 77), ao qual foi apensado o da auditoria operacional nº 4088/97. O Processo nº 3757/97 encontra-se sobrestado até o deslinde das questões judiciais tratadas no Processo nº 3.019/99 (Contrato de Gestão nº 063/99-PJ-FHDF PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA, em substituição ao Convênio nº 02/97), devido às ações judiciais trabalhistas constantes do apenso nº 3.659/99, e até a apreciação do mérito da Lei nº 2.534, de 17/03/2000, em anexo no Processo nº 939/2000 (Decisão nº 8908/2000) - f. 67/68.

#### **6.4. PROCESSO Nº 3349/98**

6.4.1. Diz respeito à Auditoria de Regularidade realizada na Fundação Hospitalar do Distrito Federal – FHDF, para verificar as movimentações de contas correntes bancárias abertas no Banco do Brasil S/A., na cidade de Formosa-GO, sem registros na Contabilidade e no SIAFEM, ferindo, assim, princípios constitucionais e normas contidas na Lei n.º 4.320/64 - f. 69/76.

6.4.2. Em Sessão Extraordinária Reservada, realizada em 23 de novembro de 1999, este Tribunal, seguindo o voto da Ilustre Conselheira Marli Vinhadeli, Relatora dos autos, decidiu conceder à então Secretária de Saúde e Presidente da FHDF, Maria José Conceição Maninha, e ao chefe do Departamento de Recursos Econômico-Financeiros daquela Fundação, Ronaldo Luiz Damasceno Ferreira, oportunidade de oferecerem justificativas sobre a abertura e movimentação de contas bancárias da FHDF em Formosa – GO, sem o devido registro contábil e no SIAFEM – fl. 70/76.

6.4.3. Foram consideradas improcedentes as razões de justificativa apresentadas pelas autoridades acima citadas, tendo a Corte, com base no artigo 57, inciso II, da Lei Complementar n.º 01/94, deliberado aplicar-lhes multas individuais no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), por considerar tais autoridades responsáveis pela omissão de registro de operações financeiras com recursos públicos no SIAFEM, contrariando ao princípio da publicidade, aos princípios regedores da execução orçamentária, financeira e contábil do Distrito Federal, bem como às disposições do artigo 155 da Lei Orgânica do Distrito Federal, do artigo 5º do Decreto Legislativo n.º 01/91, alterado pelo Decreto Legislativo n.º 17/93, e do artigo 110 do Decreto local n.º 16.098/94 (alínea “b” da Decisão n.º 206/2000) - f. 71.

6.4.4. Inconformadas, as autoridade mencionadas acima tentaram, mediante recurso, reforma dos itens "a" e "b" da decisão anterior. Não foram acolhidas as razões deduzidas no recurso, sendo mantida, na íntegra a Decisão nº 206/2000, da Sessão Extraordinária Reservada nº 208, de 12/12/2000 - f. 76.





## 6.5. PROCESSO Nº 331/99

6.5.1. O presente processo trata da Inspeção realizada na Fundação Hospitalar do Distrito Federal e na então Secretaria da Criança e Assistência Social para examinar a possível ausência das prestações de contas do Instituto Candango de Solidariedade, relativas ao Programa Cesta Pré-escola, Convênio nº 39/98, e Programa Saúde em Casa, Convênio nº 02/97, em face de notícias divulgadas pela imprensa local. Na oportunidade, além do acompanhamento das Prestações de Contas dos Convênios supracitados, examina-se o cumprimento da determinação contida no item II, alínea "a", da Decisão nº. 1565/2000 (f. 145), tendo seus termos reiterados pelas Decisões nºs. 5362/2000 e 8271/2000 (f. 146/147).

6.5.2. Realizada a inspeção, com verificação das despesas do exercício de 1999, o Tribunal, por meio da Decisão Nº 7214/2001, concordando com o Relator, tendo em conta a instrução e, em parte, o parecer do Ministério Público, decidiu: "...II - considerar cumprida a determinação constante do item II, alínea "a", da Decisão nº 1565/2000; III - autorizar: a) a remessa das informações requeridas pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, representado pela Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde, pelo Ofício nº 040/99-PROSUS, constantes das Tabelas I e II, fls. 225/226; b) o arquivamento dos autos, sem prejuízo de futuras averiguações". - f. 77.

## 6.6. PROCESSO Nº 1654/99

6.6.1. Cuidam os autos da Tomada de Contas Especial (Processo nº 061.000.912/99) instaurada para apurar responsabilidades por possíveis prejuízos causados aos cofres da extinta Fundação Hospitalar do DF, em decorrência da não aplicação de recursos movimentados em contas da entidade.

6.6.2. Ao se verificar o possível envolvimento de Secretário de Estado nos fatos a serem apurados, o Sr. Governador do DF houve por bem determinar abertura de Processo Administrativo.

6.6.3. Tendo em vista não mais se pronunciar a respeito das apurações em questão, o Tribunal, em Sessão Extraordinária Reservada (Decisão 37/2001) solicitou à Secretaria de Governo do DF informações acerca do andamento e desfecho do Processo Administrativo nº 061.000.912/99. Não tendo obtido resposta, essa Decisão foi reiterada pela de nº 113/2001, de 09/10/01, sendo concedido o prazo de 30 dias para resposta. f. 78/79 e 153.

6.6.4. Em Sessão Extraordinária Reservada nº 277, de 09/04/02, esta Corte acolheu o voto do Relator que concordou com a instrução e votou "no sentido de que o



*Tribunal determine à Secretaria de Governo do DF que, no prazo de trinta (30) dias, dê fiel cumprimento às determinações da Decisão nº 37/2001, reiterada pela de nº 113/2001, no sentido de informar ao Tribunal o andamento e possível desfecho do Processo administrativo nº 061.000.912/99, sob pena de aplicação de multa prevista no art. 57, incisos IV e VII, da LC nº 1/94."*

## **6.7. PROCESSO Nº 2422/99**

6.7.1. Cuidam os autos da Auditoria realizada na Fundação Hospitalar do DF com a finalidade de verificar a compatibilidade dos preços pagos pela FHDF, no período auditado (julho de 1994 a julho de 1999), na contratação de serviços de vigilância, limpeza e conservação e fornecimento de alimentação hospitalar, em relação aos preços praticados por órgãos e entidades públicos no mesmo período - f.80/138.

6.7.2. As justificativas apresentadas pelo Sr Secretário de Saúde do DF, Deputado Jofran Frejat (Ofício nº 516/200-GAB/SES e anexos), foram consideradas insuficientes e, em consequência, o Tribunal autorizou a realização de auditoria nos seguintes termos (Decisão nº 87/01 - 148/150):

"...II - determinar à 2ª ICE que, no prazo de trinta (30) dias, promova auditoria junto à Secretaria de Saúde do DF, objetivando obter, entre outras, as informações complementares e a documentação abaixo relacionadas:

- a) andamento de ações judiciais impetradas, em desfavor da extinta FHDF, pelas empresas prestadoras de serviços de vigilância, conservação e limpeza e fornecimento de alimentação à rede hospitalar, esclarecendo, sobre cada uma das ações propostas e juntando os documentos respectivos, inclusive sentença de mérito, se houver, possíveis recursos, bem como o estágio em que as mesmas se encontram;
- b) o rol de empresas que efetivamente prestam serviços de vigilância limpeza e conservação àquela Secretaria, uma vez que a relação destas empresas remetidas, pelo Diretor de Apoio Logístico e Material da SES, em 09.03.01, ao MPDFT - PROSUS, diverge das informações constantes do Relatório de Auditoria nº 18/99;
- c) resultado da auditoria realizada pela Secretaria de Fazenda e Planejamento(citada nas justificativas da FHDF às fl. 124),



iniciada em fins de 1995, no contrato de fornecimento de alimentação à rede hospitalar do DF pela empresa Sanoli Indústria e Comércio de Alimentação Ltda.

- d) cópias dos contratos sociais, e suas possíveis alterações, das empresas, envolvidas nestes autos, prestadoras de serviços de vigilância, conservação e limpeza e alimentação.
- e) último contrato (ou aditivo) celebrado com cada uma das empresas prestadoras de serviços referidas, acompanhadas da discriminação dos pagamentos realizados, ano a ano, com ou sem contrato, reunindo todos os elementos coletados, por empresa (em apenso específico) de modo a facilitar as análises.

III - levantar o sigilo do processo nº 273/2001 (denúncia) que se encontra apensado a este Processo de nº 2422/99, para facilitar as averiguações;

IV - dar conhecimento à Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde - PROSUS, órgão do MPDFT, do inteiro teor deste Relatório/Voto e de que a Corte determinou a realização de auditoria junto à Secretaria de Saúde do DF com vistas à complementação das informações constantes destes autos facultando-lhe sugerir exames e análises que julgue importantes aos seus propósitos".

6.7.3. Atendendo à determinação acima, a Divisão de Auditoria da 2ª ICE, realizou Auditoria de Regularidade na FHDF, tendo a equipe responsável pelos trabalhos concluído que *"Os quesitos apresentados pelo Relator dos Autos, conforme item II da Decisão nº 87/2001...foram observados nesta Auditoria, exceto o relativo à Secretaria de Fazenda e Planejamento, que apesar da solicitação formal - Ofício nº 330/2001-2ª ICE - não apresentou qualquer documento"* - f. 135/136.

6.7.4. Além disso, entende a mesma equipe de auditoria que, diante da não regularização pela Secretaria de Saúde/DF, da prestação de serviços de vigilância, conservação e limpeza e fornecimento de alimentação à rede hospitalar e, ainda, tendo em vista, o superfaturamento de preços indicados nos Processos nºs 2422/99 e 273/01, o Tribunal de Contas do DF tem condições de representar ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal e comunicar o fato à Câmara Legislativa, conforme art. 78, XII e XIII da Lei Orgânica do Distrito Federal - f. 135.



6.7.5. Assim, foram apresentadas, entre outras, sugestões no sentido de que a Corte considere insuficientes as justificativas apresentadas pela FHDF; aplique multa ao Sr. Jofran Frejat pela demora na publicação dos editais de licitação referentes à contratação dos serviços mencionados anteriormente; determine à Secretaria de Saúde publicar, em 30 dias, os editais referentes à contratação dos serviços mencionados - f. 136/138.

6.7.6. Os autos continuam pendentes de decisão Plenária.

#### **6.8. PROCESSO Nº 3045/99**

6.8.1. Trata-se do Relatório do SISCOEX do exercício de 1997. Nesse Relatório foram apontadas reincidências de incorreções no preenchimento de notas de empenho. Diante disso, a instrução dos autos sugere:

"a) tomar conhecimento dos Relatórios do SISCOEX 1997, da Fundação Hospitalar do DF;

b) autorizar a audiência dos senhores mencionados no § 4.º da instrução para, no prazo de 30 dias, apresentarem justificativas pelas impropriedades apontadas no § 3.º, tendo em vista a possibilidade de ressalvas no julgamento das contas anuais da Jurisdicionada;

c) autorizar, também, o encaminhamento dos autos à Divisão de Contas da 2.ª ICE, para apensação nas contas anuais de 1997, Processo 2198/98, visando análise conjunta com as justificativas a serem apresentadas naquele feito."

#### **6.9. PROCESSO Nº 0916/99**

6.9.1. Apensamos aos autos cópia do Relatório de Auditoria de Regularidade realizada para levantamento das despesas efetuadas pelo GDF com publicidade e propaganda nos exercícios de 1995 a 1998, em atendimento ao Ofício nº 129/99-CRE, do Tribunal Regional Eleitoral do DF.- Processo nº 916/99 (f. 49/59). Nessa auditoria, constatou-se que a FHDF no exercício de 1997 "*executou praticamente todo o orçamento aprovado para publicidade restando, ao final do exercício, um saldo orçamentário disponível de R\$ 7.762,00, e executou no programa MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS um valor de R\$ 197.579,25 em favor da MAKPLAN PLANEJAMENTO LTDA e 19.060,00 em favor da IMPRENSA NACIONAL...*" f. 56.



6.9.2. A respeito das possíveis irregularidades de despesas com publicidade executados fora do programa específico, estamos sugerindo a concessão de audiência aos dirigentes da FHDF para apresentação das justificativas necessárias.

## **7 - DAS TCE ENQUADRADAS NO ART. 14 DA RESOLUÇÃO Nº 102/98**

7.1. Encontra-se apenso às f. 480/493-**Ap.1** o demonstrativo de relação de tomadas de contas especiais a que se refere o art. 14 da Resolução-TCDF 102, de 15/7/98, bem como, algumas cujos prejuízos ultrapassam o limite previsto nessa norma, com indicação das providências adotadas. Em confronto com o Sistema de Protocolo, não encontramos nenhum caso de tomada de contas especial constante no demonstrativo que tenha deixado de ser comunicado ao Tribunal.

7.2. Observa-se que todas elas foram comunicadas ao Tribunal, tendo sido autuadas em processos específicos, estando, a grande maioria, arquivada - PT 13 - f. 160/162, sem julgamento de mérito.

7.3. Às f. 01/286 do Anexo I do Processo nº 2198/98 apensamos os documentos enviados pela FHDF em atendimento à Inspeção realizada na Jurisdicionada referentes às providências adotadas pelos dirigentes com vistas à recomposição do patrimônio da Fundação Hospitalar.

7.4 Do total de 49 processos que compõem o demonstrativo de relação de tomadas de contas especiais abaixo do valor de alçada, nos utilizamos de uma amostragem de 29 TCE's para verificar as providências adotadas pelos dirigentes da FHDF. Observa-se que em 26 (85,66%) casos houve o ressarcimento do valor do prejuízo, o bem foi repostado ou verificou-se não ter havido prejuízo. Em outros 3 casos (10,34%), a FHDF absorveu o prejuízo.

7.5. Apenas as TCEs relativas aos processos abaixo relacionados ainda encontram-se em trâmite no Tribunal, aguardando julgamento definitivo. Por não envolver dirigentes, estas TCE's não influenciam no julgamento da presente Prestação de Contas Anual. As demais TCE que não foram apreciadas quanto ao mérito, poderão ser julgadas nos termos da Resolução nº 102/98.



Nº Processo	Nº Ofício	Decisão	Proc. TCDF	Observação
061.000.126/97	OF 809/97 GAB/SES	8440/01	3048/97 (f. 142)	Processo instruído sugerindo improcedência do Embargo de Declaração proposto por Suely Cunha Albernaz.
061.009.046/95	OF 68/97 GAB/SES	7827/01	503/97 (f. 143)	Processo instruído sugerindo citação do ex-servidor Pedro Amarantes Santos.
061.042.274/96	OE 912/96 GAB/SES	903/02	7247/96 (f. 144)	Prorrogação de prazo para apresentação de defesa.

## 8 - CONCLUSÃO

8.1. Lembramos que dos ordenadores de despesas da FHDF no exercício de 1997, Maria José Conceição Maninha (Secretária de Saúde e Presidente da FHDF) e o senhor Ronaldo Luiz Damasceno Ferreira (Chefe do Departamento de Recursos Econômico-Financeiros) foram apenados com multa por abertura e movimentação de contas bancárias da FHDF em Formosa – GO, sem o devido registro contábil e no SIAFEM, contrariando ao princípio da publicidade, aos princípios regedores da execução orçamentária, financeira e contábil do Distrito Federal, bem como às disposições do artigo 155 da Lei Orgânica do Distrito Federal, do artigo 5º do Decreto Legislativo n.º 01/91, alterado pelo Decreto Legislativo n.º 17/93, e do artigo 110 do Decreto local n.º 16.098/94 (TCE referente ao Processo nº 3349/98).

8.2. O fato por si só apresenta gravidade suficiente para que tais autoridade tenham suas contas julgadas irregulares, por prática de grave infração a norma legal discriminada no parágrafo anterior, conforme dispõe o art. 167, inciso III, alínea 'b', do RI/TCDF.

8.3. Em razão da observância do princípio da ampla defesa e do contraditório e, ainda, em razão de outras falhas apresentadas nesta instrução e no PT-15, entendemos que os ordenadores de despesas da FHDF, no exercício de 1997, devam ser chamados em audiência para apresentarem as razões de justificativas, com fundamento no art. 13, inciso III, da Lei Complementar nº 01/94.





8.4. Com relação aos relatórios de inventários, realizamos o confronto destes com os demais registros contábeis e também com 16 volumes de Inventários Físicos onde estão registrados todos os bens (móveis e imóveis) pertencentes à FHDF, não tendo encontrado qualquer divergência nas informações. Em razão disso, entendemos que o Tribunal poderá autorizar a devolução dos Inventários Físicos à Jurisdicionada, por não haver mais a necessidade de mantê-los apensados a estas contas.

8.5. A respeito dos processos mencionados no item 6 esclarecemos que o de nº 3757/97 encontra-se sobrestado até o deslinde das questões judiciais tratadas no Processo nº 3.019/99; o Processo nº 1654/99 trata de TCE e tem relação com processo administrativo, cujo desfecho foi indagado pelo Tribunal à Secretaria de Governo do DF e não interferem no julgamento destas contas. Apenas Processo nº 3.349/98 obteve julgamento definitivo desta Corte, ocasião em que foram responsabilizados dois dirigentes da FHDF sendo apenados com multa prevista no RI/TCDF. Os demais processos não têm nenhuma vinculação com as presentes contas.

### SUGESTÕES

Por todo o exposto, sugerimos ao egrégio Plenário que:

I - tome conhecimento dos processos:

- a) 061.003.440/98 - Prestação de Contas Anual-1997;
- b) 061.002.500/98 - com 15 (quinze) volumes do Inventário Físico dos Bens Móveis e 01 (um) volume do Inventário Físico de Bens Imóveis da FHDF;
- c) 061.000.340/98 - Inventário dos Materiais em Estoque no Departamento de Tecnologia - 1997;
- d) 061.001.566/98 - Inventário dos Materiais de Consumo e Permanente em Estoque no Departamento de Engenharia e Transporte - 1997;
- e) 061.001.193/98 (em 3 volumes) - Inventário Físico Financeiro dos Materiais de Consumo e Permanentes em estoque na FHDF, exercício de 1997;
- f) 3045/99 - Relatório SISCOEX/97 (apensos 770/00 e 3107/99);



**II)** conceda, com vista ao julgamento pela irregularidade das contas, em obediência ao princípio constitucional da ampla defesa, o prazo de 30 (trinta) dias, com base no art. 13, inciso III da Lei Complementar nº 01/94, audiência aos dirigentes: MARIA JOSÉ CONCEIÇÃO, ANTONIO LUIZ RAMALHO CAMPOS e RONALDO LUIZ DAMACENO FERREIRA para apresentarem razões de justificativa referente aos fatos:

- a)** irregulares apontados no Processo nº 3349/98;
- b)** indicados na instrução de f. 425/427 do Processo nº 3045/99 (em apenso);
- c)** discriminados no Relatório de Prestação de Contas nº 008/99-DAIN/SUAUD, a seguir enumerados:
  - item 2.0. - Multas de trânsito de veículos pertencentes à Fundação, não registradas contabilmente e pendentes de pagamento, no total de R\$ 25.748,72;
  - item 3.1. - Pagamento de taxa de administração no Convênio nº 02/97, firmado entre a Fundação e o Instituto Candango de Solidariedade;
  - item 3.2. - Pagamento retroativo referente ao Contrato de Locação nº 156/97 para atender ao Programa de Saúde em Casa - Processos nº 061.009.693/97 e 061.011.812/97;
  - item 4.1. - Ausência de comprovação de quitação junto ao INSS e FGTS em licitações junto à Fundação, contrariando § 3º do art. 195 CF, art. 2º da Lei nº 9.012/95 e Decisão nº 7243/97-TCDF;
  - item 4.3. - Notas fiscais atestadas com data anterior à emissão Processo nº 061.011.614/97;
  - item 4.4. - Despesa realizada sem prévio empenho. Aquisição de camisetas cuja nota fiscal nº 251 foi emitida em 20/02/97 e o Empenho nº 1864/97 só foi emitido em 07/03/97, contrariando art. 60 da Lei nº 4320/64 e art. 42 do Decreto nº 16.098/94;



- item 4.6.2. - ausência de publicação de edital de licitação em jornal de grande circulação, contrariando art. 21 inciso II da Lei nº 8.666/93 - Processos nº 061.003.926/97 e 061.003.491/97;
  - item 4.6.3. - Indicação de marca na especificação do objeto da licitação - TP nº 243/97, Processo nº 061.003.491/97 - contrariando inciso I do § 7º do art. 15 da Lei nº 8.666/93;
  - item 4.7. - Pagamentos de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada, Serviço de Limpeza e Fornecimento de Alimentação Preparada sem cobertura contratual;
  - Item 4.8. Licitação homologada e adjudicada com preço superior ao que foi inicialmente orçado;
  - item 5.2.3. Falhas de controle no Sistema de Processamento de Dados relativos à Folha de Pagamento;
  - item 5.2.4. Contracheque com informações inconsistentes;
  - item 5.3. Acumulação ilícita de cargos públicos pela servidora da Fundação que possui mais de uma matrícula;
  - item 5.5. Pagamento da parcela autônoma do sistema único de saúde (PASUS) anterior à data prevista na Lei nº 1.444/97;
  - item 5.8. Pagamento de salário ao servidor de matrícula 351.038-7, correspondente aos meses de outubro/97 a maio/98;
  - item 5.9. Pagamento indevido de gratificação de movimentação sem documento comprobatório para a concessão ao servidor de matrícula 120.855-1, contrariando a Lei nº 318/92;
  - item 5.10. Apropriação do pagamento de servidores por consignatária, ferindo os preceitos do art. 6º do Decreto nº 16.650/95 e aos §§ 1º, 2º e 3º do art. 8º do Decreto nº 19.885/98; e
- d) às despesas com publicidade executadas fora do programa específico, verificadas na Auditoria de Regularidade - Processo nº 916/99, referentes às Notas de Empenho do exercício de 1997, nºs 97NE08061, 08583, 08584, 09374, 07866, 07975, 08059, 08060, 06922, 07066, 07303, 06885, 03838, 07047 e 03704;**



**III - autorize:**

- a)** a devolução à jurisdicionada dos Processos nºs 061.002.500/98, 061.001.193/98, 061.000.340/98 e 061.001.566/98 acompanhados dos respectivos inventários;
- b)** o envio, aos responsáveis, de cópia das f. 56 e 70 a 76 destes autos, f. 425 a 427 do Processo nº 3045/99, e f. 501/534 do apenso nº 061.003.440/98;
- c)** o arquivamento dos apensos do Processo nº 3045/99.

**IV - julgue, conforme Resolução nº 102/98, considerando encerradas com base no:**

**a)** art.13 inciso I as TCE's nºs

2444/97 (061.003.732/97), 2527/97 (061.004.239/97),  
2443/97 (061.033.266/97), 3050/97 (061.005203/97),  
3336/97 (061.022.132/97), 903/97 (061.033.071/97),  
2002/97 (061.039.204/97), 6397/96 (061.007.573/96),  
6553/96 (061.007.574/96), 6395/96 (061.033.466/97),  
4983/96 (061.042.326/96), 5748/96 (061.042.421/96),  
1038/97 (061.033.093/97), 3291/97 (061.006.290/97),  
4467/97 (061.022.023/94), 2121/97 (061.022.023/94),  
3290/97 (061.003.314/93), 1441/97 (061.045.069/97),  
2611/97 (061.045.171/97), 5602/96 (061.045.248/97),  
7325/96 (061.027.591/96), 6010/96 (061.030.640/96),  
8003/96 (061.033.617/96), 630/97 (061.011.902/95),  
7246/96 (061.027.271/96), 2039/96 (061.033.103/96),

**b)** art.13 inciso III as TCE's nºs

3567/96 (061.001.191/96) e 5663/96 (061.006.035/96);

**c)** e art.13 § 1º as TCE's nºs

3047/97 (061.033.378/97), 3740/97 (061.022.133/97),



2424/97 (061.003.471/97), 1439/97 (061.030.185/97),  
7527/96 (061.042.611/96) e 519/97 (061.039.032/97); e

**V** - sem prejuízo de futuras averiguações, considere encerradas, também, com absorção dos prejuízos pelos cofres públicos, as TCE's nº 6937/96 (061.030.828/96), 1743/97 (061.001.673/97), 1437/97 (061.009.345/96).

À consideração superior.

Brasília, 08 de maio de 2002.

**Sudário Luiz Hemétrio de Menezes**  
AFCE

De acordo com as sugestões apresentadas  
À consideração do Sr. Inspetor

Em 08 de maio de 2002.

**Adalton Cardoso Flores**  
Diretor